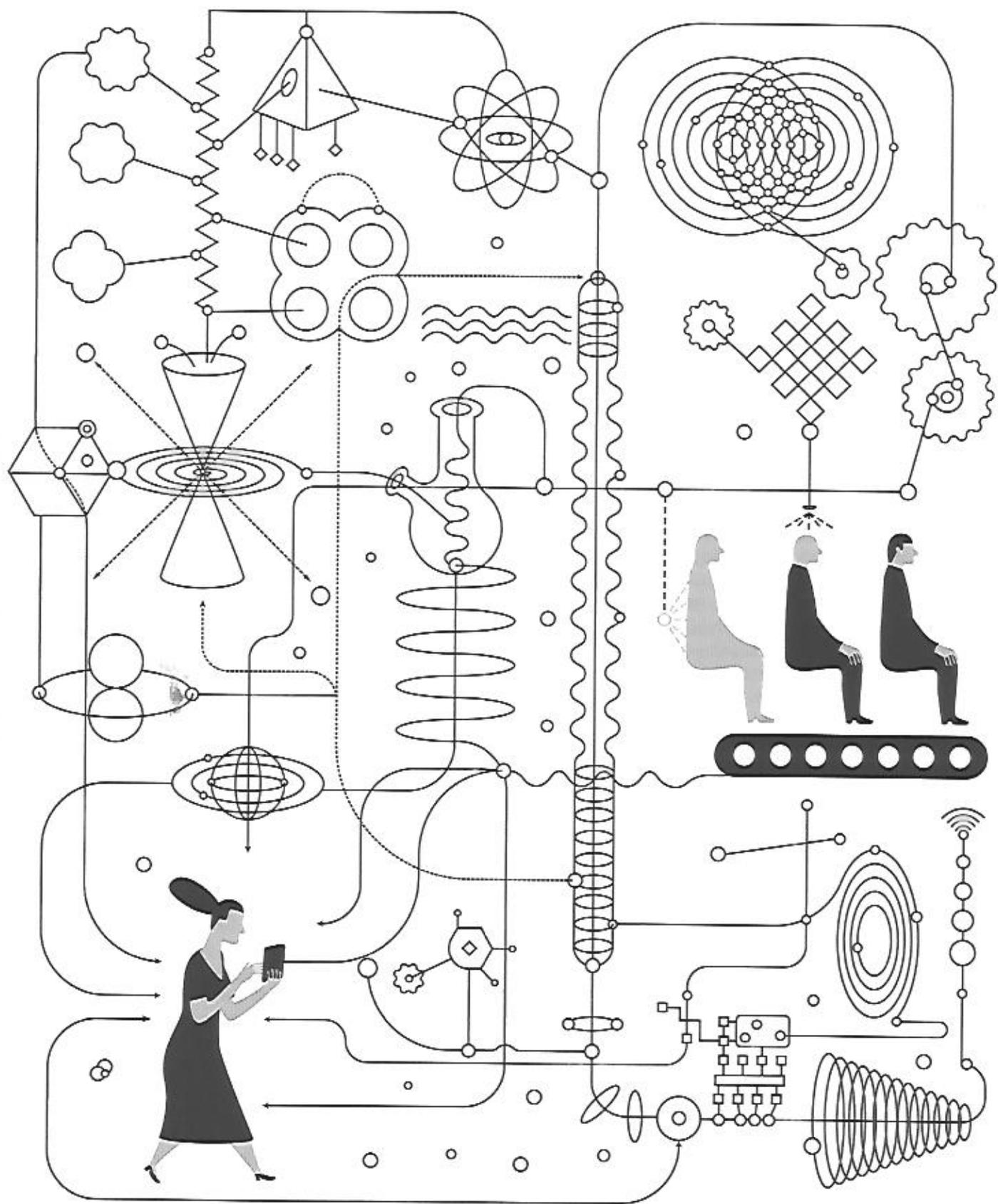


É DESEJAVEL?

Para além do horizonte humano

MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

A que igualdade aspiramos se somos todos irredutivelmente diferentes desde a concepção? Queremos um constante nivelamento das diferenças ao longo da vida ou apenas uma igualdade de oportunidades para sermos diferentes?



Maria do Céu Patrão Neves
 Professora Catedrática de Ética

Os ancestrais desejos da humanidade têm-se exprimido ao longo da sua história milenar por muitas diversas formas, desde os mitos gregos da Antiguidade pré-clássica à ficção científica que desponta na contemporaneidade. São narrativas diversas do mesmo, das aspirações deste homem universal que persevera intemporal e que ainda hoje somos; narrativas também dos seus receios, dos seus temores porque, afinal, desejos e medos são duas faces de uma realidade utópica que queremos fazer acontecer.

O entusiasmo da descoberta e a assombração da sua iminência percorrem a profícua obra de Júlio Verne, o primeiro e mais destacado intérprete contemporâneo da ambição humana. Entretanto, já voamos e já submergimos e já corremos a uma velocidade ímpar a qualquer ser terreno e até já somos extraterrestres. É verdade que ainda não conquistámos a imortalidade. Não a queremos penosa como a de Prometeu, castigado para a eternidade na sua ousadia de usurpar o poder de Deus. Mas a longevidade vem-se prolongando e, se é verdade que ainda não somos Deus, já o matámos, na esteira da alegoria nietzschiana na sua militância pela supressão de todos os interditos, e vamos trepando agora rapidamente para o seu lugar, num egocentrismo narcísico que, no plano individual, exprime o auge da diferença.

A “igualdade” não faz parte das ancestrais ambições da humanidade, nem tão pouco das suas mais revolucionárias utopias. Estas, seguindo o mestre que foi Thomas More, desviam-se da história dos heróis para a vivência dos povos, mas nem por isso pregam a igualdade. “Utopiza-se” uma coexistência alargada sob o ideal da paz, assistida pela tolerância entre a diversidade; ou um bem-estar generalizado na realização singular de si, assistida pela liberdade. As utopias albergam as diferenças entre todos e a individualidade de cada um.

Na verdade, a “igualdade” é uma bandeira ideológica, um ideário político de história recente. Não nos estamos a referir à igualdade entre alguns, poucos, a qual poderíamos fazer remontar à Grécia antiga. As mulheres não integravam então os iguais, a que não pertenciam também, por exemplo, os estrangeiros ou os escravos... Tão pouco nos referimos à isonomia, de origem grega, ou princípio da igualdade perante a lei que, na sua dimensão constitucio-

nal, nesta sua vertente específica e restrita, é formalmente enunciado desde finais da Idade Média, em contextos sociopolíticos particulares de promoção da burguesia nascente, mais do que na proposta efectiva de um igualitarismo social. Reportamo-nos ao ideário de sucessivas declarações dos direitos humanos e da Revolução Francesa, herdeiros do contratualismo filosófico e do iluminismo cultural, num contexto vincadamente político, como desiderato de uma revolução instauradora de uma nova ordem social.

É certo que, mesmo a partir do momento em que se alcança um amplo consenso na eleição da igualdade como ideal, a complexidade do propósito não se atenua, mas antes se agudiza. Afinal, a que igualdade aspiramos se somos todos irreduzivelmente diferentes desde a concepção? Pretendemos um constante nivelamento das diferenças ao longo da vida? Ou talvez apenas uma igualdade de oportunidades para sermos diferentes?

Este ambíguo ideal de igualdade entre todos os homens não mais deixou de se intensificar como traço civilizacional, de autoria política, sendo também amplamente interpretado como progresso moral, enquanto promove a coexistência pacífica entre todos. E sobretudo o mundo ocidental, através da implantação e consolidação da democracia, vem sedimentando várias camadas igualitárias em que, progressivamente, vai alicerçando a camada seguinte, construindo mais uma etapa deste ideal. É indiscutível que as tristemente tradicionais guerras entre povos continuam a negar a igualdade; que os genocídios contemporâneos tendem a proscrever a sua mera ideia, o mesmo acontecendo com o ressurgimento das perseguições religiosas. Soma-se-lhes ainda o recente recrudescimento da xenofobia e da discriminação, da intolerância e da segregação que pretendem expandir o reino da desigualdade – terreno fértil para a violência que medra na desigualdade e que semeia a desigualdade, no esboçar de uma ameaçadora espiral apocalíptica.

Se é, pois, verdade que o ideal sociopolítico de igualdade persiste como conquista da humanidade, é igualmente verdade que a esperança de que a globalização da democracia corresponderia a uma proporcional implantação da igualdade entre os homens corre o risco de se desvanecer. Aliás, sabia-se já que este percurso não só seria sempre moroso – atravessando gerações e nações –, mas também

O “homem igual” nasceria num laboratório.
Só neste ambiente esterilizado a igualdade pode
ser produzida imaculada

terrivelmente incerto e remotamente tangível, dependente da boa vontade e empenho de todos e cada um.

O processo de igualitarização por reconversão interior, isto é, pela agregação de querer, além de difícil, corre sempre o risco de falhar. Existe um outro, de sentido oposto, por transformação exterior, isto é, por acção exógena, que há muito vem progredindo subterraneamente, emergindo de tempos a tempos, ora sob a forma de esperança, ora sob a feição do receio. Referimo-nos à ideologia científica, também ela pródiga em utopias e que desde a sua versão baco-niana promete um futuro fulgurante que nem a distopia de Aldous Huxley contrariou: o *Admirável Mundo Novo*, que este retratou em 1932, construído pela evolução técnico-científica e a sua sombria produção de castas de pessoas com irredutíveis funções preestabelecidas, em prol de uma sociedade bem organizada e harmoniosa, não comprometeu a esperança, que remonta (pelo menos) à ilha que Francis Bacon descreveu em 1624 – a *Nova Atlântida* –, em que o Estado ideal é regulado por ideias científicas, na concepção de que será a ciência a salvar a humanidade.

Ultrapassar as utopias

Não poderá então ser a ciência também, ainda hoje e sobretudo hoje, por acção exógena, a cumprir o ideário da igualdade entre os homens...? Não poderá a ciência de hoje recuperar lugares lendários, ultrapassar as utopias, realizar ideologias e construir um mundo de iguais...?

Neste “mundo novo” ou “nova Terra” em que seríamos todos iguais, não haveria ódio nem inveja, ou rancor, despeito e ciúme, porque nos veríamos no outro, igual ao eu. Também não haveria discriminação nem exclusão, ou aversão, repulsa e segregação, porque não nos diferenciaríamos do outro. Não haveria ainda destruição nem violência, ou guerra, assassinatos e agressões porque seríamos sempre “nós”, mais do que “eu”. Eliminaríamos sentimentos mesquinhos que sobrelevam através do rebaixamento do outro; anularíamos motivações humilhantes que persistem graças ao afastamento do outro; baniríamos actos abjectos que se perpetuam pela existência do confronto de um outro a suprimir. Quem não quereria construir este horizonte?!

Mas a criação de um “mundo novo”, por acção exógena

(ideologia científica) que não por reconversão interior dos homens de hoje (ideologia política), exigiria a criação também de um “novo homem”. Um novo ser que, em vez de ter o ónus de construir a igualdade a partir da desigualdade (via sociopolítica), inexoravelmente condenado ao fracasso, fosse já originária e até deterministicamente igual aos demais (via técnico-científica). Nada que pareça impossível às heróicas biotecnologias! Afinal, elas não contribuem já para colmatar deficiências, superar fragilidades, reforçar aptidões, acrescentar capacidades? O desafio é agora de construir o “homem igual”.

O “homem igual” nasceria num laboratório. Só neste ambiente esterilizado a igualdade pode ser produzida imaculada, pura. O material biológico reputaria de anacrónico qualquer ovócito ou espermatozóide, ambos substituídos por gâmetas sintéticos, ou seja, células totalmente funcionais criadas em laboratório – tal como hoje se vem ensaiando. A aleatoriedade genética estaria suprimida pela natureza do material utilizado, além de que a ocorrência de qualquer deficiência poderia ser corrigida por uma finalmente eficiente engenharia genética, sobretudo por via da ferramenta de edição do genoma, o CRISPR/Cas9. Esta, apenas recentemente divulgada na sua utilização laboratorial, seria já então capaz de proceder a qualquer modificação no genoma – removendo genes deletérios, substituindo-os, ou ainda acrescentando novos genes ao genoma original, de acordo com as modificações almejadas –, sempre com elevada precisão e eficácia. É evidente que este ser seria assexuado. Afinal, a genitália seria agora totalmente inútil, além de historicamente constituir fonte de profundas e insuperáveis desigualdades.

A gestação do “homem igual” produzir-se-ia num ambiente analogamente asséptico, num útero artificial – como hoje se designa nas experiências que já decorrem – ou espaço gestacional não-biológico, construído para suprimir qualquer relação humana, muito em particular com a tradicional mãe, cuja natureza biológica, comportamentos habituais e circunstâncias de vida contingentes pudessem introduzir qualquer elemento diferenciador. Este ser seria, pois, desprovido de emoções e sentimentos. Estes persistiriam profundamente singulares nas condições em que são desencadeados, nas modalidades das suas manifestações

e nas dinâmicas que motivam, não obstante a investigação de ordem neurológica os tender a explicar, mas exasperando-se por os controlar. Emoções e sentimentos, mantendo-se como factores essenciais geradores de vulnerabilidades, envolvidos numa inalienável dimensão de imprevisibilidade e, assim, desestabilizadores de todo o projecto igualitário, teriam de ser definitivamente erradicados.

O “mundo novo” mergulhado em silêncio

Por fim, dar-se-ia o nascimento do “homem igual”, ou guia de saída para o mundo dos outros que, afinal, seriam “eus”, porque todos iguais. Não se experimentaria estranheza, até porque não haveria estranhos. Seria mais como que um jogo de espelhos com reflexos do idêntico sob ângulos distintos... Podemos dizer que esses reflexos corresponderiam às funções atribuídas aos iguais a serem desenvolvidas em prol da colectividade, unida por uma indestrutível relação umbilical ou por cadeias de funções em indissociáveis redes produtivas que, garantindo a perene igualdade entre todos os constituintes, impediria a sobrevivência de qualquer um que pudesse degenerar numa autonomização, ou seja, que se diferenciase. Não haveria solidão no reino do “nós” e tão pouco haveria necessidade de comunicar, dada a sintonia pré-programada entre todos. O silêncio não seria interrompido pelo gesto, reduzido ao movimento estereotipado da função. Afinal, o modo de expressão de cada um não deixaria de constituir um elemento diferenciador perante os outros.

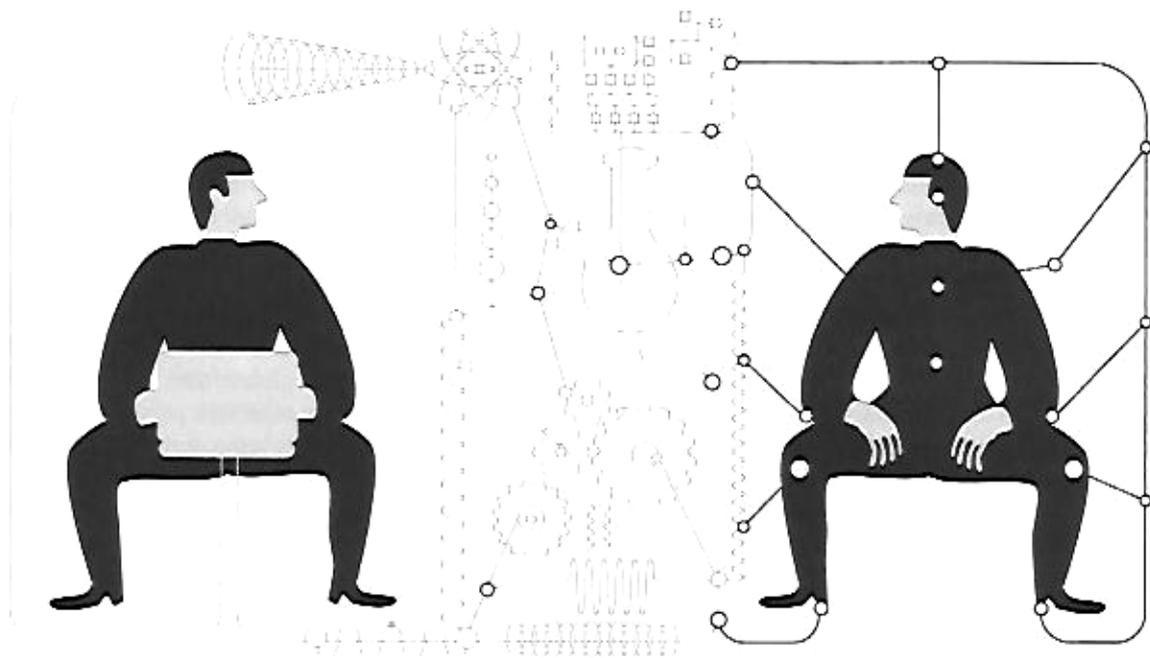
É certo que o desempenho daquelas funções ou matices do idêntico poderia exigir especificações altamente especializadas, mas, nestas condições de inquebrantável interdependência, não beliscariam a igualdade entre todos.

Importaria certamente aumentar a funcionalidade

orgânica assim como a resistência e a durabilidade do “novo homem”. A substituição de órgãos internos como a de membros externos por artefactos mecânicos, hoje já timidamente iniciada, podê-lo-ia vir a garantir. Perante a falência de qualquer órgão interno, já não se enveredaria pela insana procura de um dador compatível – processo moroso, de resultado incerto e consequências arriscadas – mas antes se produziria uma réplica do órgão inoperacional numa bioimpressora 3D de tecidos biológicos o qual, em alguns casos, poderia ser substituído com sucesso por um transplante de peças mecânicas com a vantagem destas poderiam servir melhor o desígnio igualitário. A produção em série de órgãos mecânicos serviria mais cabalmente o desígnio da igualdade.

Procedimento análogo seria implementado ao nível dos membros externos – pernas, mãos e braços –, mas também órgãos – como o olho –, uma vez que a opção mais eficiente seria a de substituir partes biológicas por réplicas biônicas, numa intimidade cada vez maior entre a biologia, a mecânica e a electrónica, assim aumentando a eficácia da função e a longevidade do desempenho, uniforme e universalmente: pernas mais rápidas, mãos e braços mais fortes, olhos com visão infravermelha, nocturna e telescópica... É evidente que, nesta composição de materiais e recomposição de partes, o aspecto exterior do “novo homem” perderia toda a relevância, o que aliás também se justificaria pela determinação em suprimir a diferença. Tornar-se-ia pragmaticamente aconselhável eleger ou, melhor ainda, desenhá-lo uma aparência exterior comum que testemunhasse a igualdade entre todos.

Importaria igualmente aperfeiçoar e aumentar as funções intelectuais deste “novo homem”, o que o alargamento e aprofundamento da interface digital com a mente humana desenvolveria e refinaria a cada nova necessidade.



A transferência mental – da inteligência, da memória ou de outras capacidades – para um suporte não biológico, informático, graças à então já conseguida compatibilidade entre a mente humana e os computadores, permitiria a edição de todas as competências mentais de acordo com os critérios enunciados e os desígnios estipulados. Qualquer resquício de identidade pessoal, singular, diferenciada, podia ser agora finalmente apagada da mente, como já teria sido do corpo.

O preço da igualdade

Neste cenário, do “mundo novo” do “homem igual” – e a partir da inexorável limitação perceptiva da futuramente caducada pessoa diferenciada – diríamos que este “homem igual” se confinaria à sua função social, a qual, neste “mundo novo”, teria perdido qualquer sentido, uma vez que a sua finalidade única estaria reduzida a perseverar: o funcionamento da função teria como fim manter a função a funcionar, numa redução ao absurdo!

É evidente que, chegados a este nível, a renovação de gerações perderia todo o sentido. Afinal, cada uma das funções necessárias seria desenvolvida contínua e perpetuamente pelos mesmos. E se, por algum imprevisível imponderável sobreviesse uma irreparável avaria que tornasse a unidade irrecuperavelmente disfuncional, bastaria reproduzi-la, o que mais facilmente se obteria por clonagem. A criatividade e energia que as novas gerações introduzem nas sociedades seriam verdadeiramente inúteis, pela necessidade de manter tudo previsto, e até perniciosas, por constituírem um dos mais poderosos propulsores do novo, ou seja, do diferente. O “homem novo”, o “homem igual”, uma vez criado, tornar-se-ia idêntico a si próprio e a todos, intemporal e universal, imutável no decurso do tempo e na extensão do espaço.

Sabemos, por experiência própria, que a igualdade construída lenta e parcialmente por reconversão interior dos indivíduos e agregação de querer da comunidade, a partir da rejeição sociopolítica da desigualdade, se mantém inexoravelmente como ideal, alcançando, tão somente, uma igualdade de oportunidades para podermos ser, afinal, todos igualmente diferentes. Por outro lado, uma igualdade produzida de origem, por acção exógena determinada pela ideologia cientificista, seria totalmente homogénea na sua plena universalidade e absoluta extinção da singularidade. O preço da igualdade seria a identidade.

Entretanto, para além da dissolução da identidade, este “homem igual” já não seria quem somos, mas outro, diferente...

O presente texto disserta em torno da proposta, da coordenação deste número de XXI-Ter Opinião, de uma igualdade utopicamente fabricada pela ciência.

A ler e a ver



Sovereign Virtue. The Theory and Practice of Equality **Ronald Dworkin**

Cambridge: Harvard University Press, 2000

Equality and Partiality **Thomas Nagel**

Oxford University Press, 1991

Equality or Priority **Derek Parfit**

The Lindley Lectures, Lawrence: University of Kansas, 1995

Equality and Priority **Derek Parfit**

Ratio, 10: 202-221, 1997

A Theory of Justice **John Rawls**

Cambridge: Harvard University Press, 1971, rev. ed 1999

A Discourse on Inequality **Jean-Jacques Rousseau**

London, 1755. Penguin 1984, partly reprinted in L. Pojman & R. Westmoreland (eds.), *Equality. Selected Readings*, Oxford: Oxford University Press 1997, pp. 36-45

What We Owe to Each Other **Thomas Scanlon**

Cambridge: Harvard University Press, 1998